

O Brasil quer um desconto de até 40% no valor de sua dívida externa. Mas uma fonte dos bancos credores acha que o País só conseguirá entre 25% e 30%.

Dívida: credores prometem pouco.

OSMAR FREITAS JR.
DE NOVA YORK

A proposta de um desconto de até 40% no valor da dívida brasileira, que está sendo negociada em Nova York pelo embaixador Pedro Malan, deve receber uma contraproposta dos bancos com níveis mais modestos. Esta é a expectativa entre os banqueiros. Também a questão da fixação de juros inferiores à *libor* — taxa de mercado em Londres — não tem total aprovação do Comitê Assessor dos Bancos Credores. O Brasil espera obter descontos de 37,5% na troca da dívida por bônus de desconto, garantidos por uma quantidade de bônus do Tesouro dos Estados Unidos comprados pelo governo brasileiro. Neste item existem poucas chances de concretização do negócio. “Acho que o máximo que o Brasil pode esperar são percentagens entre 25% e 30% de desconto”, disse uma fonte do Comitê Assessor. No entanto, sabe-se que o México, depois de persistente negociação, conseguiu uma taxa fixada em 35%, mas isso porque o país oferecia garantias para todos os papéis. “O Brasil não vai garantir todos os papéis, nem o pagamento dos juros”, disse Pedro Malan. “Só vamos garantir o valor do principal dos bônus de redução da dívida”, concluiu. Esta é uma grande diferença entre as propostas mexicanas e a brasileira e o nível de aval deve pesar na fixação do desconto.

Apesar de terem sido consideradas excelentes as propostas de mudança na Constituição do Brasil, anunciadas na quinta-feira (ver matérias nas páginas 7, 8 e 9), os credores da dívida externa brasileira mantêm certa cautela quanto ao assunto. O diretor de um importante banco canadense disse que esta não é a primeira vez que se anunciam bons planos no País, e a história mostra que nem sempre é possível fazer o anunciado. “Nós aguardamos os pronunciamentos do Congresso brasileiro, já que sem ele nada é possível em termos de mudanças na Constituição. Mais de uma vez nós nos empolgamos com anúncios do

governo brasileiro e acabamos por nos decepcionar”, disse o banqueiro.

Robert McCormick, presidente do Comitê Assessor dos Bancos Credores, negou que o

negociador Pedro Malan tenha dito que o Brasil não aceitaria contrapropostas dos bancos credores ao plano de negociação da dívida, conforme foi ventilado por alguns órgãos de impren-

sa. “O governo brasileiro sabe que impondo condições deste gênero não teria a aceitação que recebeu com sua proposta. Alterações nos prazos, taxas de juros e nível de desconto da dívida

são corriqueiros. Se assim não fosse, bastaria o Brasil enviar um documento com suas resoluções. Não teríamos uma proposta”, disse McCormick.

O governo brasileiro espera,

caso sua proposta seja mesmo aprovada pelo Comitê Assessor dos Bancos Credores, conseguir uma redução de algo em torno de US\$ 3 bilhões anuais no pagamento da dívida externa.